

EXCELENTÍSSIMO JUIZ DE DIREITO DO JUIZADO ESPECIAL DA
FAZENDA PÚBLICA DO XXXXXXXX

FULANO DE TAL, nacionalidade, estado civil, profissão, portadora do Documento de Identidade nº XXXXX XXX/XX e CPF/MF nº XXXXXX, filha de FULANO DE TAL, residente e domiciliada no XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, CEP XXXXXXXX, telefone XXXXXXXX, e-mail: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX vem, por intermédio da Defensoria Pública do DF, propor

AÇÃO INDENIZATÓRIA

em face do **DEPARTAMENTO DE ESTRADAS E RODAGEM DO DF - DER-DF**, autarquia distrital, com sede no XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, CEP XXXXXX, da **NOVACAP - Companhia Urbanizadora da Nova Capital**, empresa pública do Distrito Federal, com sede no XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, CEP: XXXXXX, telefone: XXXXXXXX, e do **DISTRITO FEDERAL**, pessoa jurídica de direito público, representado pelo Procurador Geral do Distrito Federal, com gabinete no XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, CEP XXXXXX, telefone XXXXXXXX, pelas razões de fato e de direito a seguir expostas:

DOS FATOS:

No dia XX de XXXXXXXX de XXXX, por volta da meia noite, a Autora estava conduzindo seu veículo Ford Fiesta ano XXXX/XXXX, placa XXXXX, na via XXXX bem em frente ao XXXXX, quando ao desviar de um toco na pista, caiu dentro de um buraco e danificou bastante o seu veículo. (Fotos em anexo).

A Autora estava se dirigindo ao Hospital com enteada que havia sofrido um acidente doméstico e com a filha, ambas menores de idade. Porém, em função do dano ocorrido no seu veículo, e por ser um local perigoso, retornou e continuou trafegando até a entrada do Condomínio onde reside, mesmo com o veículo avariado, por uma questão de segurança.

Diante do ocorrido, a Autora registrou Ocorrência Nº XXXXXXXX na X Delegacia de Polícia do XXXXXXX.

Após o acidente, a requerente levou o automóvel a três empresas para fazer orçamentos, conforme cópias, em anexo, que constatou que os estragos ocorridos.

Frise-se que por não saber exatamente a responsabilidade pela conservação da via, e por haver uma atitude contraditória da administração pública (cada órgão responsabiliza outro), não restou alternativa senão a via judicial.

DO DIREITO:

A conservação e fiscalização das ruas, estradas, rodovias e logradouros públicos inserem-se no âmbito dos deveres da Administração Pública (DF, NOVACAP e/ou DER), cumprindo-lhes garantir a segurança das vias públicas.

O artigo 37, parágrafo 6º, da Constituição Federal prevê a responsabilidade objetiva do Estado pelos danos causados por seus

agentes no exercício da função pública pelos danos causados a terceiros, *in fine*:

Art. 37 – As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

Ainda que o dano seja causado por omissão, responde o Estado, a quem compete provar que a culpa pelos danos sofridos é exclusiva da vítima ou decorrente de caso fortuito ou de força maior. Para parte da doutrina, entretanto, a responsabilidade do Estado seria subjetiva, mas com ônus invertido, cabendo-lhe provar que não se omitiu com culpa, posição que vem sendo acolhida por parcela da jurisprudência pátria.

A jurisprudência do egrégio TJDFT tem vem reconhecendo a responsabilidade civil do Estado pelos acidentes de trânsito que tenham como causa via pública mal conservada ou não fiscalizada na sua manutenção. Vejamos:

REPARAÇÃO DE DANOS - RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO - BURACO EM VIA PÚBLICA - MOTOCICLETA DANIFICADA.

1 - Constada a queda da motocicleta em buraco existente na DF 001, bem como os danos daí decorrentes, em razão da omissão pública com a manutenção e conservação das vias asfálticas, impõe-se o reconhecimento da

responsabilidade subjetiva do Estado e o conseqüente dever de reparar o dano.

2 - Justo se mostra o valor da indenização quando se adota o menor dentre os três orçamentos apresentados.

3 - No que concerne à alegação de culpa concorrente da vítima, por suposta imprudência, não merece acolhida, uma vez que os réus não se desincumbiram do ônus previsto no artigo 333, inciso II, do Código de Processo Civil.

4 - Recurso conhecido e não provido.

(20060110697967APC, Relator HAYDEVALDA SAMPAIO, 5ª Turma Cível, julgado em 28/05/2008, DJ 12/06/2008 p. 61)

Ainda:

ADMINISTRATIVO. CIVIL. AVARIA MOTOCICLETA EM DECORRÊNCIA DE PASSAGEM SOBRE BURACO NA VIA PÚBLICA. OMISSÃO DE AGENTE PÚBLICO. RESPONSABILIDADE CIVIL SUBJETIVA. TEORIA DA FAUTE DU SERVICE. NECESSIDADE DE DEMONSTRAÇÃO DO NEXO DE CAUSALIDADE NORMATIVO E DA CULPA DO AGENTE PÚBLICO. Em se tratando de omissão de um comportamento de agente público, do qual resulte dano, por não ter sido realizada determinada prestação dentre as que incumbem ao Estado realizar em prol da coletividade, fala-se na incidência da Teoria da Faute du Service, e não em Responsabilidade Objetiva do Estado. Nessas hipóteses, mister se faz a comprovação do nexo de causalidade em termos normativos e não naturalísticos, impondo-se a demonstração de que o dano resultou diretamente da inação dos agentes administrativos e do mau funcionamento de um serviço da Administração. Demonstrado que os agentes públicos não diligenciaram regularmente, no sentido de proceder aos devidos reparos da via pública, patente está o nexo de causalidade entre a infração de um dever de agir, por parte desses

**agentes, e o dano ocorrido, o que impõe o
dever de indenizar.
(20060111351289APC, Relator ANA MARIA
DUARTE AMARANTE BRITO, 6ª Turma Cível,
julgado em 19/11/2008, DJ 12/12/2008 p. 98)**

Assim, demonstrado o nexo de causalidade entre o dano e a má prestação do serviço pelo Estado (DF, NOVACAP e/ou DER), uma vez que a via pela qual trafegava o requerente estava com muitos buracos deve o Poder Público indenizar a vítima.

O dano moral, por seu turno, também é indenizável, conforme disposto na Constituição Federal:

Art. 5º (...)

V - é assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além da indenização por dano material, moral ou à imagem; (...)

X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito à indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação; (...)

O constrangimento e susto experimentado pela Autora devem ser presumidos pelo julgador, presunção hominis, uma vez que é insuscetível de demonstração, mas guarda relação com a experiência comum de quem se desloca no conturbado trânsito da capital federal. Tal espécie de dano não pode assim ser ignorada, não se admitindo seja considerado mero susto corriqueiro, mero dissabor.

O DF, NOVACAP e/ou DER são esponsáveis pela manutenção das vias públicas em sua jurisdição, e respondem, portanto, pelos danos a que suas omissões derem causa.

DO PEDIDO:

Diante do exposto, requer:

- a) a concessão dos benefícios da Justiça gratuita, em face da hipossuficiência econômica, conforme declaração anexa;
- b) a citação dos réus para comparecerem à audiência de conciliação, na qual a autora concorda em participar, e oferecerem resposta, sob pena de sofrerem os efeitos da revelia;
- c) a procedência do pedido, condenando-se o réu, solidariamente, a pagarem à autora **R\$ XXXXXX** a título de danos materiais, conforme menor orçamento, tudo devidamente atualizado e corrigido da forma legal;
- d) a procedência do pedido, ainda, para condenar os réus a pagarem, solidariamente, à primeira autora **R\$ XXXXX** a título de danos morais, por todo sofrimento, constrangimento e humilhações que vem sofrendo desde o ocorrido;
- e) a condenação dos requeridos ao pagamento de custas e honorários a serem revertidos ao PRODEF, em caso de recurso para a turma recursal.

Pretende provar o alegado por todos os meios de prova permitidos em direito, especialmente pelo depoimento pessoal do autor, pelo documental e pelo testemunhal.

Atribui-se à causa o valor de **R\$ XXXXX**.

Termos em que,
pede deferimento.

XXXXXXX, XX de XXXXXXXX de XXXX.

FULANO DE TAL

Requerente

FULANO DE TAL

Defensor Público do Distrito Federal

FULANO DE TAL

Colaborador nº XXXX

OAB-DF nº XXXX

ROL DE TESTEMUNHAS:

- 1) **Francisco Ernando Alves Borges**, residente e domiciliado na
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, CEP XXXXXXXX. Telefone:
(XX)XXXXXXXX

2) **Maildo Braga Melo**, residente e domiciliado na

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, CEP XXXXXXX. Telefone: (XX)

XXXXXXXX